

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.876 - CE (2019/0260053-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) -
CE016599A
RAFAEL SGANZERLA DURAND - CE024217
AGRAVADO : ENEIDA MARIA MARTINS FERNANDES
ADVOGADO : LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA - CE014458

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por BANCO DO BRASIL SA em face da decisão que inadmitiu o recurso especial manejado pelo ora agravante, ante a incidência, por analogia, da Súmula 735 do STF.

Nas razões do agravo (fls. 254-289, e-STJ), o insurgente alega: a) que o juízo de admissibilidade deve se restringir à análise dos pressupostos intrínsecos, extrínsecos e os específicos dos recursos extraordinários, sob pena de usurpação da competência do STJ; b) o preenchimento dos requisitos de admissibilidade; e c) a afronta aos princípios da segurança jurídica, do contraditório e da ampla defesa. Reitera os argumentos sustentados no recurso especial.

Sem impugnação.

É o relatório.

Decido.

O recurso não é admissível.

1. No caso em comento, a decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade fundamentou-se na incidência, por analogia, da Súmula 735 do STF.

Nas razões de agravo, a ora agravante limitou-se a reproduzir as mesmas razões argumentadas no recurso especial, deixando de impugnar o fundamento principal da decisão agravada.

Consoante entendimento desta Corte, pelo princípio da dialeticidade, compete à parte recorrente infirmar todos os fundamentos do capítulo impugnado na decisão agravada. A ausência de impugnação específica torna forçoso o não conhecimento do reclamo, por aplicação do quanto disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/15.

Aplicável, ainda o óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, a saber: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC/73 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".

Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes julgados: **AgInt no AREsp 1074988/RJ**, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017; **AgInt no AREsp 877.856/RJ**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, **SEGUNDA TURMA**, julgado em 08/11/2016, DJe 23/11/2016; **AgInt nos EDcl no AREsp 1017447/RJ**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017; **AgInt nos EDcl no AREsp 863.863/SP**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, **QUARTA TURMA**, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017

Ausente a impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada, impõe-se o não conhecimento da irresignação.

Superior Tribunal de Justiça

2. Do exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

